

Canudos: guerras de memória

Editorial: [Edição nº 1, ano I](#) [1]

Vanessa Sattamini Varão Monteiro

PPGHIS/PUC-RIO

Rio de Janeiro/RJ

Resumo: Este artigo tem por objeto a memória da guerra de Canudos. O objetivo primordial é pensar como a aldeia conselheirista continuou a representar a delimitação de uma fronteira, um pertencimento, foi um amálgama que unificou uma comunidade formada por afinidade eletiva e lhe deu identidade. Mesmo que durante muito tempo na história oficial que a República nascente pretendu construir não houvesse espaço para a memória daquele grupo minoritário de sobreviventes. É a partir do entendimento da memória, enquanto instrumento de dominação, que proponho uma reflexão sobre a relação entre história, memória e esquecimento na guerra de Canudos.

Abstract: This article's intent is the Canudos' War remembrance. The prime objective is to imagine how the Cousilman's Village proceeded as a territorial demarcation, a possession, a mixture that merged a whole community formed by elective affinity, and from which gained its identity, although the newly born republic official history tried to thwart or contradict. Working from the memory understanding, while domination vehicle, I offer this article for a reflection involving the relations among history, memory, and forgetfulness of the Canudos War.

Canudos foi resultado de vinte anos de peregrinação de Antônio Vicente Mendes Maciel, que passou a ser conhecido como Antônio Conselheiro. A aldeia denominada de Belo Monte foi fundada em 1893. O lugar escolhido era uma fazenda abandonada, que ficava às margens do rio Vaza-Barris. O nome Canudos, que acabou por se popularizar, é referência a uma planta da região, de haste oca como um Canudo, utilizada por antigos para fazer canudos de pitos para fumar.

Os números não são precisos e há muita controvérsia sobre o número de habitantes de Belo Monte. De modo geral, fala-se em algo em torno de 10 mil a 35 mil habitantes. O fato é que famílias inteiras abandonavam seu trabalho nas fazendas para seguir o Conselheiro. Em três anos de existência Canudos teria se tornado a segunda cidade da Bahia em número de habitantes o que provoca uma escassez de mão de obra nas fazendas para descontentamento de muitos coronéis da região.

O final do século XIX e o início do século XX foram marcados por inúmeras mudanças, não só políticas com a abolição da escravatura e a proclamação da república no Brasil. Mas por novidades tecnológicas e científicas modificavam o cotidiano, invadiam as ruas, as casas e eram recebidas com entusiasmo e assombro pela população ocidental. Era a chamada segunda Revolução Industrial, ou Revolução Científico-Tecnológica, trazia inúmeras novidades como carros, as locomotivas, os transatlânticos, a descoberta da penicilina, da vacina. A luz elétrica, também o rádio, o gramofone, o telégrafo, os elevadores, o fogão a gás, a fotografia. Tantas transformações trazem uma sensação de aceleração do tempo e conquista do espaço uma sensação vertiginosa que Nicolau Sevcenko tão bem caracterizou com a imagem da montanha-russa, a vertigem das mudanças de toda ordem lembrava o brinquedo do parque de diversões, ele mesmo, uma invenção da época (SEVCENKO,2001).

Há uma fé no progresso que se transforma numa espécie de nova religião (NEVES,1986) O progresso era

visto como a solução de todos os problemas. Só o progresso seria capaz de saldar a dívida do atraso de países periféricos como o Brasil. Era preciso caminhar rumo a civilização, as luzes. É a concepção de um tempo histórico linear que tem como ponto de partida a barbárie e como o fim a civilização. O lema inscrito na bandeira republicana Ordem e Progresso espelha bem esta perspectiva.

É neste momento de profundas transformações que tem início a Guerra de Canudos onde a República recém proclamada enfrentará sucessivas derrotas de uma comunidade de sertanejos que, no sertão da Bahia fundara sua aldeia, suas próprias leis e sua própria ordem. Em Belo Monte a polícia não entrava não se pagavam impostos e a palavra do Conselheiro bastava para estabelecer a ordem e as regras de convivência. Era um território que não estava submetido a lógica instituída pela República. Por isso mesmo, uma ameaça. A comunidade é identificada pelos homens da República como local de desordem, de atavismo, um atraso que era preciso combater.

A compra de um lote de madeira para a construção da igreja nova do arraial de Canudos foi o pretexto utilizado para o início do conflito em 1896 que se estenderia por quase um ano. Um grupo de conselheristas seguia para Juazeiro para buscar a encomenda, mas, rumores de uma invasão se alastraram e iniciou-se o conflito. Tinha início a guerra que só terminaria com a destruição completa do arraial em outubro de 1897. A nova ordem instituída em 15 de novembro de 1889 tinha que abranger todo o país.

Foram necessárias quatro expedições militares para derrotar os homens de Antônio Conselheiro. O número de soldados crescia a cada expedição derrotada. A morte do general Moreira César na terceira expedição militar comoveu e assombrou os republicanos. Foi uma guerra com poucos prisioneiros, o número aproximado de mortes é de vinte e cinco mil pessoas, entre elas mulheres e crianças. A maior parte dos conselheristas capturados foi submetida a prática da “*gravata vermelha*”, como também ficou conhecida a degola. Nos últimos dias de conflito ela já era praticada a luz do dia.

No final da guerra, há uma preocupação evidente por parte das autoridades em atestar a vitória da República e varrer Canudos, e tudo que ele representava, do mapa. O arraial é incendiado, Antônio Conselheiro é desenterrado, seu cadáver é decapitado, a cabeça exibida para populações pelo caminho e em Salvador. São medidas profiláticas para que outras experiências desafiadoras da ordem não seguissem aquele exemplo.

A preocupação dos generais era não deixar uma parede em meio, uma viga intacta. Quiseram que ali se plantasse a solidão e a morte. (PIEDADE,1997:17)

A República, em seus primeiros anos, tentou empreender em Canudos uma prática análoga à da *damnatio memoriae*, ou danação da memória, que era imputada aos heróis romanos quando estes caíam em desgraça e tinham sua memória apagada e seus nomes eram retirados dos monumentos públicos (NEVES, 1994). Não bastava acabar fisicamente com a Aldeia Sagrada, era também preciso apagar Canudos da memória, ou melhor, propagar uma determinada versão da história.

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1984:13)

Era preciso desenraizar, desagregar a memória do que havia sido vivido e transformá-la em História. Desalojar a lembrança do vivido no solo sagrado da memória (NORA, 1993) e construir uma representação

de Canudos associada à barbárie e ao atraso no imaginário coletivo, e reconstruir, assim, aquilo que já não era. O que implica sempre na adesão a uma determinada visão de mundo, a determinada versão dos fatos.

Em 1969 as águas cobrem o local do antigo vilarejo de Conselheiro. Ali onde os conselheristas fundaram Belo Monte, o governo construiu um açude, o açude do Cocorobó Exatamente cem anos após o Conselheiro ter iniciado suas pregações. Canudos acabou duas vezes: uma no incêndio ao final da guerra e depois coberto pelas águas.

A memória dos Canudenses permaneceu muito tempo restrita as relações familiares, contada oralmente pelos sobreviventes aos seus descendentes. Havia um temor, o assunto era tratado como tabu e o silêncio imperou. Mesmo muito tempo após o final da guerra o medo continuava a ser realidade. Durante a Ditadura Militar dos anos sessenta os canudenses ainda tinham receio de serem vistos como subversivo. O silêncio, o medo e os efeitos da profilaxia foram algo profundamente arraigado e presente entre aqueles que sobreviveram. Quando estive em Nova Canudos, uma informação deu a exata dimensão do peso deste silêncio. José Américo Amorim, poeta e guia local, nascido e criado ali, disse que até os anos 90 a Guerra de Canudos não era ensinada no Grupo Escolar local. Se a informação é exata, não pude averiguar, mas de qualquer maneira é muito significativo que este seja o registro que ele tem da relação entre a escola e a história da guerra de Canudos. (MONTEIRO, 2007:32)

José Alôncio, bisneto de Serafim, um dos homens de Conselheiro conta que:

Até meus 13 anos (1977), eles (avós) não passaram a história de Canudos porque ninguém conhecia, ninguém falava. Era negócio meio proibido. Falar de Canudos, falar da guerra, de Conselheiro era contravenção. Pôxa, negócio que Antônio Conselheiro era o pior mal da terra; era considerado comunista, sectário, ou então fanático religioso. E então era proibido falar dele. (...) (SILVA,2006)

Pollack em seu trabalho *Memória, Esquecimento e Silêncio* afirma que *o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas* (POLLACK,1989:4). Conselheiro e seus seguidores, de certa forma, foram responsabilizados pelo fim trágico de Canudos. Até hoje, em Nova Canudos uma parte da população acredita que Conselheiro trouxe uma espécie de maldição para o lugar. Outros julgam que ele não deveria ter resistido para poupar a população.

Apesar do fato de que a historiografia, desde o final dos anos 40, ter procurado empreender uma revisão da produção historiográfica a respeito de Canudos para os canudenses a reconstrução da sua própria história só toma efetivamente novos rumos a partir dos anos 80, com o trabalho de religiosos ligados a Teologia da Libertação. Mesmo que este trabalho de reconstrução da própria memória e, conseqüentemente, da identidade dos descendentes dos canudenses tivesse como referência uma visão, até certo ponto, marcada pelo maniqueísmo expresso na polaridade entre opressor e oprimido, ele permitiu não só dar voz aos sobreviventes e seus descendentes, mas também substituir o sinal negativo que pesava sobre a memória de Canudos, o estigma de ter sangue conselherista, por uma identidade positiva, identidade esta que gerou frutos para além das fronteiras de Canudos e da Bahia. Em 1992 os migrantes canudenses em São Paulo criam A União Pelos Ideais de Canudos – UPIC. Segundo seu presidente Nosso objetivo não é, pois, de reconstituir a história de Canudos, mas perceber como a memória (e o imaginário) transforma este sujeito coletivo, centro de nossa atenção (SILVA,2006:2). Segundo relatos dos participantes parece que a organização da UPIC trouxe não só coesão e identidade ao grupo de migrantes canudenses de São Paulo, como possibilitou o restabelecimento de uma rede de parentesco seja real ou simbólica, mas importante para o grupo (MONTEIRO, 2007: 28).

O centenário da guerra e posteriormente o centenário da publicação dos Sertões abrem espaço para uma

grande quantidade de novas publicações e debates que procuram analisar Canudos por vários prismas. Percebe-se uma de ênfase interdisciplinar e o diálogo entre áreas do conhecimento como a antropologia, a lingüística, a psicologia, a cultura.

Na mitologia grega, ao morrer o homem encontrava no Hades duas fontes: *Léthes e Mnemosyne*. Ao beber da primeira, esquecia tudo da sua vida humana, entrando no domínio da noite. Já a água da segunda fonte conferia a capacidade de guardar a memória de tudo o que havia visto e ouvido no mundo dos vivos. Vernant, por essa razão, afirma que *o Esquecimento é, pois uma água de morte (...) ao contrário, a memória aparece como uma fonte de imortalidade* (VERNANT,;144). Com o passar do tempo a memória foi sendo desacralizada e acabou convertendo-se em uma capacidade humana

Apesar do desaparecimento físico do arraial, a morte de Canudos na perspectiva grega não ocorreu. Uma vez que para os gregos, a morte era o esquecimento. Canudos permaneceu viva. Na memória dos sobreviventes e de seus descendentes. A história oral, as relações familiares e a transmissão através de gerações garantiram a sobrevivência, mesmo que silenciosa, da história daqueles que viveram seus dias no Belo Monte. A aldeia conselheirista continuou a representar a delimitação de uma fronteira, um pertencimento, foi um amálgama que unificou uma comunidade formada por afinidade eletiva e lhe deu identidade. É algo muito perto da noção que Paul Ricoeur denominou de próximos, ou seja, é a mediação dos próximos: igreja, família, escola, comunidades, entre outra que solda a memória individual na memória coletiva. Em última instância é um lembrar construído de memórias alheias. Nas palavras de Beatriz Sarlo: a lembrança em abismo: *lembro que meu pai lembrava* (SARLO, 2007: 90).

Paul Ricoeur chama a memória de *pequeno milagre*. Lembrar é estar inserido em duas temporalidades simultaneamente, é o momento que o passado irrompe o presente, mas é sempre uma reconstrução do passado no momento presente. Nas palavras de Le Goff: *a memória é sempre fiel e móvel* (LE GOFF, 1984:46). Assim, lembrar não seria simplesmente deixar aflorar um passado tal como ele foi, mas antes refazê-lo. A lembrança intacta do passado conservado não é possível, pois o indivíduo já não é mais o mesmo na medida em que a sua percepção é constantemente alterada pelo presente. *Memória não é sonho, é trabalho* (BOSI,2006:55). É neste sentido que Halbwachs vai inserir a noção de memória coletiva interligando a memória individual com a do grupo. Para ele, se lembramos é porque os outros, as instituições formadoras, o presente no faz lembrar.

No século XX, a crença no progresso e no bem-estar que ele traria se perdeu. O ponto nevrálgico, o momento de virada, o fator detonadores da perda da esperança no futuro e no progresso que marcaram fortemente o final do século XIX teria sido a experiência do horror do holocausto. O extermínio em massa, sem precedentes na história da humanidade, os campos de concentração abalaram de forma irreversível a crença otimista no futuro. O futuro já não imprime uma visão primordialmente solar. Segundo alguns autores, como Andréas Huyssen, se a Belle Époque foi a época de futuros presentes, a virada do século XX é marcada por passados presentes. Dentro deste contexto a memória adquire um status de objeto de desejo. O presente traria o passado com medo de perdê-lo. O presente é paradoxal, é quase como se não existisse, a velocidade das mudanças esvazia o presente e a memória torna-se uma forma de ancoramento frente a velocidade do momento presente e também frente ao futuro incerto.

Henry Rousso ressalta que depois dos anos 70 do século XX a oeste e depois de 1989 ao leste da Europa assiste-se um fenômeno sistemático de interrogação sobre o passado nazista ou fascista. Este movimento

teria conduzido a uma série de questões sobre a importância e a significação da memória. É uma história da memória que tem sido a história das feridas abertas, do passado que não passa, ou seja, dos eventos emblematicamente traumáticos do século como as guerras mundiais, o nazismo, entre outros. O testemunho vai narrar o inenarrável, dizer o indizível. O testemunho, no sentido que lhe empresta Heródoto, aquele que viu com os próprios olhos, que viveu, torna-se essencial frente a ausência de indícios, de materialidade, de documentos que possam contar a história. Os sobreviventes tornam-se narradores pelo simples fato de que não morreram, tornam-se aqueles que levam adiante a história daqueles que não estão mais aqui para contar, cabe a eles a tarefa de reconstruir os rastros apagados. Segundo Jeanne Marie Gagnebin, as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados, num trabalho de luto (GAGNEBIN,2006) Eu acrescentaria que este também é o trabalho do sobrevivente, assim como o historiador, a testemunha precisa manter viva a história dos mortos, dos sem nome que ficaram pelo caminho, a história que foi silenciada, que não cabia na versão oficial, daquilo que se pretendeu silenciar, do que foi negado, do que perdeu na disputa de poder sempre presente na construção da história.

È neste contexto de novos paradigmas historiográficos, de interdisciplinaridade que a cidade das letras, ou seja, os cineastas, os jornalistas, antropólogos, historiadores aqui no Brasil visitam o sertão da Bahia. Há uma evidente preocupação em dar voz àqueles que durante tanto tempo se mantiveram á margem dos relatos.

Qual a memória dos dias vividos junto a conselheiro no arraial, que imagem ficou gravada na retina dos que conseguiram viver para contar. Quando estes relatos vieram à tona. Há um denominador comum entre eles: a abundância. Seja na narrativa de Manoel Ciríaco, um dos sobreviventes da guerra, em depoimento dado 50 anos depois da destruição da Aldeia:

No tempo do Conselheiro, não gosto nem de falar para não passar por mentiroso, havia de tudo, por esses arredores. Dava tudo e até cana de açúcar de se descascar com a unha, nascia bonitona por estes lados. Legumes em abundancia e chuvas à vontade. (...) este tempo parece mentir (TAVARES, 1993:48).

Seja no depoimento de João de Régis, neto de uma das sobreviventes do conflito, que conta o que ouvia:

A fartura no Belo Monte era grande. Os sertanejos iam chegando com dinheiro da venda de seus bens e entregavam ao Conselheiro, guardando apenas a quantia que ele estipulava. O povo, sob orientação do beato, plantava feijão, milho, mandioca, nas margens do Vaza-Barris. (...) O beato distribuía o dinheiro e a comida com doentes, órfãos e aqueles que não tinham nada (...) O povo colhia de tudo, criava cabra e carneiro e ainda tirava madeira. Tinha gente que criava gado e outros curtiam couro (ARRUDA, 1995:78).

Seria uma lembrança idílica fruto do envolvimento afetivo, do passar do tempo, do desaparecimento

trágico da comunidade. Pode ser a memória é plástica, mas o fato é que neste caso, a abundância também está presente nos relatos oficiais de época. Manuel Benício, que foi correspondente de guerra para o *Jornal do Comércio* descreve uma Canudos de maneira bastante próxima ao relato dos sobreviventes.

As margens frescas do rio eram cultivadas com plantações de diversos legumes, milho, feijão, grogotuga, favas, batatas, melancias, gerimuns, melões, canas, etc...

Nos terrenos arenosos viam-se milhares de matombos, grelando o talo tenro das mandiocas e outros com estacas de diversos tamanhos. Pela vizinhança, os pequenos cultores da terra, em Canudos, possuíam sítios, pomares, fazendolas de criação de bode, animais vacuns e cavalares (GUERRA, 2005:48).

Antônio Conselheiro não morreu pelas mãos de nenhum soldado republicano, mas de morte natural. Morreu em vinte e dois de setembro, antes do desfecho da guerra. Conselheiro é um personagem polêmico, desenhado por contrastes, marcado por visões que o desenham de forma antagônica. Muitos foram os adjetivos utilizados para descrevê-lo. Euclides afirma que o beato era um *grande homem pelo avesso*, um *documento raro de atavismo* (CUNHA,2001:203), sua descrição de Conselheiro vai num crescendo de adjetivos negativos que culminam em *Como se faz um monstro*:

(...) E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão, em que se apóia o passo tardo dos peregrinos.. (CUNHA,2001:215)

Já a narrativa do coronel Dantas Barreto é eloqüente pelo contraste com a visão de Euclides:

Sua palavra de pregador é insinuante, persuasiva, tocante e calorosa(...).O Exército Brasileiro não se bateu contra nenhum idiota, em canudos, mas contra um místico de inteligência superior, capaz de levar seu povo a uma guerra total (MELLO, 1997:83)

Dentre aqueles que conheceram e conviveram com o peregrino no arraial de Belo Monte tem uma visão parecida que exalta as qualidades de seu líder e guia. Maria Avelina da Silva assim o descreve: *O Bom Jesus foi um santo homem que somente aconselhava para o bem. Nunca fez mal a ninguém*. E Francisca Guilhermina dos Santos, que tinha 15 anos quando o conflito começou reforça as palavras de Francisca: *Conselheiro(...) só dava conselhos bons*. Manoel Ciríaco o descreve como *Homem bom e respeitador. Mulher para ele era para se respeitar e muito*. E Maria Guilhermina de Jesus afirma: *nasci e me criei dentro de Canudos, onde fiquei até o fim da luta. (...) Lembro-me bem de Antônio Conselheiro, homem muito bom e não havia ninguém que não gostasse dele*. O sobrevivente Velho Mariano, que tinha 50 anos na época da guerra, conclui: *Só podia ser um santo homem. Não mandava matar, não mandava*

mentir, não mandava furtar. Só levava para o bem (TAVARES,1993:39-51).

Conselheiro ocupa um espaço no imaginário popular, em uma linha limítrofe entre homem e mito. Desperta as reações mais paradoxais. Até sua morte é nebulosa, indefinida. Não se sabe a causa real de sua morte, pois não foi realizada a necropsia. Uns falam em *caminheira*, nome dado a disenteria, outros em ferimento por estilhaços de guerra, e há ainda os que defendem a versão da morte natural e há ainda aqueles, como Rufino, filho de Pedrão^[1] [2], que afirmam simplesmente que *Conselheiro anoiteceu e não amanheceu tornou-se encantado*^[2] [3]. Em um certo sentido, Rufino pode ter razão, mesmo tanto tempo após sua morte e a destruição de seu Belo Monte Conselheiro e Canudos ainda suscitam estudos, interpretações.

O que nos chegou dos escritos de Antônio Conselheiro são suas prédicas e seu breviário. O livro de prédicas foi encontrado em 5 de outubro de 1897, após a tomada final de Canudos, numa caixa de madeira dentro do santuário. Este livro traz uma primeira prédica referente a Maria desde a anunciação a Morte de Cristo, a segunda trata dos dez mandamentos da lei de Deus, a terceira são textos extraídos da Sagrada Escritura, a quarta sobre a cruz e a missa e finalmente a quinta trata da República. Nesta quinta e última parte fica claro que Conselheiro se opõe a República, pois no seu entendimento a legitimidade do poder político é o direito divino.

Todo poder legítimo é emanção da Onipotência eterna de Deus e está sujeito a uma regra divina, tanto na ordem temporal como na espiritual, de sorte que, obedecendo ao pontífice, ao príncipe, ao pai, a quem é realmente ministro de Deus para o bem, a Deus só obedecemos.(...) Como podem conciliar-se a lei divina e as humanas, tirando o direito de quem tem para dar a quem não tem? Quem não sabe que o digno príncipe o senhor dom Pedro 3º tem poder legitimamente constituído por Deus para governar o Brasil (CONSELHEIRO, 1897).

Sua caligrafia bem desenhada, o uso cuidadoso do português, a construção do texto, nos mostram as qualidades de um homem letrado. Suas prédicas são bem escritas e em nada remetem ao atavismo ou a monstruosidade que lhe atribuíam Euclides da Cunha.

O escritor Gustavo Barroso, em artigo publicado na revista O Cruzeiro em 1956, escreve: "José Victor Ferreira Nobre informava que Antônio Conselheiro cursara as aulas de latim de seu avô, o Professor Manoel Antônio Ferreira Nobre, na cidade de Quixeramobim". Mesmo com dificuldades na família, Antônio consegue se dedicar a uma boa formação escolar e estuda também Português, Aritmética, Geografia e Francês. Possui uma boa caligrafia e torna-se um jovem conceituado na cidade (<www.portfolium.com.br>, 2006)^[3] [4].

O pai de Antônio Conselheiro desejava que o filho seguisse a carreira religiosa, por isso o matriculou no curso do professor Manuel Antônio Ferreira Nobre para que começasse o estudo de Latim. Não se sabe a razão que o levou a abandonar os estudos sem chegar a se inscrever no seminário. Depois da morte pai Antônio Mendes Maciel dedicou-se a diversas atividades, foi: caixeiro, professor, comerciante, rábula, escrivão até se tornar pregador. Antes de ser eternizado com a alcunha de Conselheiro que lhe foi atribuída pelo povo e com a qual entrou para a história, foi chamado também de Antônio dos Mares, de irmão Antônio, Santo Antônio Aparecido, Bom Jesus e Santo Conselheiro.

O engenheiro e jornalista Euclides da Cunha, que cobriu o conflito como correspondente do Jornal O Estado de São Paulo, afirmou que Conselheiro entrou para História como poderia ter entrado para o hospício. O historiador Roberto Ventura, um dos biógrafos de Euclides, afirmou certa vez que Canudos e Conselheiro incomodavam Euclides porque não cabiam na metáfora da linha reta pela qual ele, Euclides, se definia desde a juventude. A falta de simetria das casas de taipa erguidas sem um

planejamento prévio remetia o engenheiro a um terremoto. O comportamento dos poucos sobreviventes que se atiravam na fogueira negando-se a dar vivas a república na tomada final de Belo Monte desviava da metáfora da linha reta. Euclides escreveu sua impressão sobre Canudos:

Canudos tinha apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parêntese; era um hiato; era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava (CUNHA,2001:150).

O trecho é um exemplo eloqüente de estranhamento como afirmou Euclides, Canudos era visto como um hiato, um vazio a ser reconquistado. Canudos não podia existir, território onde a república não dominava nem corpos, nem almas, território onde a República era vista, ela sim, como um vazio de significação. De lá pra cá, muitos foram os rótulos dados ao movimento: messiânico, socialista, precursor das lutas pela reforma agrária; muitas foram as tentativas de dar conta da experiência vivida pelos conselheiros naqueles dias em Belo Monte, e como não poderia deixar de ser, muitas foram e ainda são, as memórias em disputa.

Bibliografia

BARROS, Luitgarde O. Cavalcanti . Crença e Parentesco na guerra de Canudos In: e. Diatahy B de MENEZES ; João ARRUDA (org) Canudos Falas e olhares. Fortaleza: UFC, 1995

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos. São Paulo: Cia das letras, 2006 13ª edição

CONSELHEIRO, Antônio. Prédicas aos canudenses um discurso sobre a República. Bahia, 1897.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

FERNANDES, Rinaldo. (org.) O clarim e a oração. São Paulo: Geração Editorial,2002. GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: editora 34,2006.

GUERRA, Sérgio Armando Diniz. Canudos/ Belo Monte: Imagens contando História. São Paulo, 2005. Tese de doutorado (Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social)- PUC/ SP.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória.Rio de Janeiro: Aeroplano,2000.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. Cadernos de fotografia brasileira. Rio de Janeiro: IMS, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. “Champs d’expérience et horizon d’attente. Deux catégories historiques” IN Le Futur passé. Paris:EHESC, 1990.

LE GOFF, Jacques. Memória IN Enciclopédia Einaudi vol 1. História – Memória. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.

MILTON, Aristides Augusto. A Campanha de Canudos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1979

MONIZ, Edmundo. Canudos a guerra social. Rio de Janeiro: Elo, 1987

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. Canudos: as crianças do sertão como butim de guerra. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC / Programa de pós-graduação em História Social da Cultura, 2007.

NEVES, Margarida de Souza. Os jogos da Memória. IN: Ler e escrever para contar. Ilmar Rohloff de Mattos (org) Rio de Janeiro: Access Editora, 1994

_____, . Ciência e preconceito: uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro. 1895-1906. Rio de Janeiro: PUC-Rio / CNPq, 2003. (Projeto de Pesquisa, mimeo) p. 10..

_____. As vitrines do progresso. O Brasil nas Exposições Internacionais. Rio de Janeiro: PUC-Rio/CNPq, 1986. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10. 1993. PIEDADE, Lelís. Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901). Salvador: Portfolium, 2002 PERNAMBUCO DE MELLO, Frederico. Que foi a guerra total de Canudos. Recife: Stahli, 1997. POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 1989. n 3 p 4. ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era In: Marieta de Moraes FERREIRA; Janaina AMADO. Usos e Abusos da História Oral. FGV: Rio de Janeiro, 8ª edição, 2006.

SARLO, Beatriz. Tempo passado. São Paulo: Cia das letras; Belo Horizonte UFMG,2007

SEVCENKO, Nicolau. A corrida para o século XXI. No loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros. São Paulo : cia das letras, 2003.

SILVA, José Roberval Freire da. Migrantes Canudenses em São Paulo: a memória num contexto de discriminação. In: <<http://www.portfolium.com.br>>. Acesso em 21 mar. 2006.

TAVARES, Odorico.Canudos 50 anos depois. Salvador: Conselho Estadual de Cultura; Academia de Letras da Bahia; Fundação Cultural do Estado da Bahia,1993. VERNANT, Jean Pierre. Mito e pensamento entre os Gregos. São Paulo: Paz e Terra. p 138-143.

[11] [5] Pedrão: (1869-1958) um dos homens da guarda católica de Conselheiro, figura de destaque dentro do arraial. Segundo seu depoimento, deu sepultura ao Coronel Moreira César, desmentindo a versão que o corpo fora queimado. Depois da guerra, andou por vários lugares do nordeste, mas foi enterrado em Nova Canudos. Seu corpo foi o primeiro a ser sepultado no cemitério local.

[12] [6] Cf. Antônio OLAVO In. *Sobreviventes*. Direção: Paulo Fontenelle.200. DVD (106 mim.), som,cor.Documentário.

[13] [7] <www.portfolium.com.br>. Acesso em 26 de junho de 2007.

- [Canudos](#)
- [identidade](#)
- [memória](#)
- [sertão](#)

Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/canudos-guerras-de-mem%C3%B3ria>

Links:

- [1] <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=editorial/edição-nº-1-ano-i>
- [2] http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/canudos-guerras-de-mem%C3%B3ria#_ftn1
- [3] http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/canudos-guerras-de-mem%C3%B3ria#_ftn2
- [4] http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/canudos-guerras-de-mem%C3%B3ria#_ftn3
- [5] http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/canudos-guerras-de-mem%C3%B3ria#_ftnref1
- [6] http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/canudos-guerras-de-mem%C3%B3ria#_ftnref2
- [7] http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/canudos-guerras-de-mem%C3%B3ria#_ftnref3